

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - I

Inclusão de cláusulas trabalhistas no Estatuto fere o direito à livre negociação

A proposta de abertura do capital da Caixa Econômica Federal foi retirada, quando do debate sobre o estatuto da empresa. Uma vitória dos trabalhadores. Porém, conforme a representante do funcionalismo no Conselho de Administração da CEF, Rita Serrano, foram aprovados outros itens adversos. Dois desses itens têm

o mesmo teor trabalhista: o relativo ao plano de saúde e à Participação nos Lucros e Resultados.

Para o movimento sindical, ao colocarem cláusulas trabalhistas no estatuto, a diretoria da CEF e o governo Temer ferem o direito à livre negociação ao mesmo tempo em que restringem a abrangência do acordo coletivo.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - II

Cláusulas podem limitar os recursos a serem destinados ao Saúde Caixa e à PLR

O estatuto determina que “a participação da CEF no custeio dos benefícios de assistência à saúde será limitada ao percentual de 6,5% das folhas de pagamento e proventos”. Hoje, os funcionários arcam com 30% do custo do plano de saúde, pagam o mesmo valor, sejam aposentados ou da ativa, independentemente da idade, enquanto que à empresa cabe cobrir

os restantes 70%.

No caso da PLR, a cláusula inserida no estatuto prevê a obediência à lei original que rege a questão, o que impedirá a efetiva negociação. Daí poderão surgir controvérsias e perdas para os trabalhadores. Isto porque o pagamento da PLR se dá por meio de acordo coletivo e seu cálculo leva em consideração muitas variáveis.

BANCO DO BRASIL - I

CEBB solicitou dados detalhados sobre o Programa de Melhoria no Atendimento

Na sexta-feira, 05/01, o Banco do Brasil lançou o Programa de Melhorias no Atendimento e Relacionamento. Em reunião realizada no mesmo dia com a diretoria do banco, a Comissão de Empresa dos Funcionários do BB [CEBB] solicitou dados detalhados sobre o programa, a quantidade de vagas criadas e os cortes

em cada prefixo além do tamanho e dotação das unidades criadas.

A CEBB solicitou ainda que seja estendida, por mais 4 meses, a gratificação de caixa aos excedentes, equiparando-se a VCP dos cargos comissionados em excesso. Nesta semana, haverá nova reunião da CEBB com o banco.

BANCO DO BRASIL - II

CEBB recomenda cautela com o PAQ

A CEBB recomenda cautela aos funcionários que pensam em aderir ao Plano de Adequação de Quadros lançado também na sexta-feira. Isto porque, o desli-

gamento prevê a perda do plano de previdência e de saúde. Além disso, a reforma trabalhista retirou direitos de trabalhadores e trabalhadoras que pedem demissão.

SINDICATO

Firmado convênio com cirurgião

O médico Diego Mattioni Maturana, especializado em cirurgia geral e do aparelho digestivo, firmou convênio com o SEEB-Passo Fundo e Região. Pelo convênio, o médico concede 50% de desconto sobre o valor da consulta, atualmente no valor de R\$ 250,00, a bancárias e bancários associados à entidade, e seus dependentes. O consultório está localizado na Rua Teixeira Soares, nº 885, Edifício das Clínicas, sala 805. Os telefones para contato são [54]33116700 e [54]999995599.

DE OLHO NA MÍDIA

Entreguismo abjeto

“O passo dado ontem pela Petrobras é apenas um no trajeto longo para corrigir os erros do passado e os efeitos da corrupção na estatal.” Assim a jornalista Míriam Leitão, analista de economia da Rede Globo, se referiu ao acordo em que o governo corrupto de Michel Temer concordou em pagar quase R\$ 10 bilhões em indenização a investidores estadunidenses.

Esse apoio ao acordo espúrio expressa todo o entreguismo abjeto da mídia hegemônica. E olha que, conforme alertou outro jornalista, Luís Nassif, o caso ainda nem havia sido julgado no Departamento de Justiça dos Estados Unidos. O valor da indenização equivale a mais de seis vezes o que a Lava Jato teria, supostamente, recuperado da corrupção na Petrobras.

PIADINHA

Um certo jogador de futebol entra no bar com um papagaio sobre o ombro e o garçom pergunta:

— O animal fala?

— Sim, e eu também — diz o papagaio.